



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE TRÊS, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, conforme Edital de Convocação publicado aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, no Diário Oficial do Município de número 174, Ano XII, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de dois mil e vinte e três. A Audiência Pública, presencial em Plenário, foi presidida pelo Presidente da Comissão, Vereador Sergio R. B. Balaguer, com participação dos Vereadores Hernani, Indiara Barbosa, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Giorgia Prates - Mandata Preta e Professora Josete. Ausentes, justificadamente, os Vereadores Bruno Pessuti e Osias Moraes. Presentes, representando o Poder Executivo, o Secretário de Finanças, Cristiano Hotz; a Superintendente Executiva, Daniele Regina dos Santos; o Diretor do Departamento de Orçamento, Carlos Eduardo Kokolj; Claudinei Nogueira, do Departamento de Contabilidade; o Jaderson Goulart, assessor técnico e a Cristina Rios, assessora de imprensa. Representando o Poder Legislativo, a Sra. Aline Bogo, Diretora Contábil, Margarete Nakano e Daniel Dallagnol da Controladoria, Glauco Requião, Diretor-Geral e o servidor Hussein Mesmar. Consta nas notas taquigráficas **"O SR. PRESIDENTE:-** Bom dia a todos. Convido os membros da Comissão a tomarem assento junto a Mesa, Vereadores João da 5 Irmãos, Professora Josete, Hernani, Indiara Barbosa, Márcio Barros e Giorgia Prates. Declaramos aberta a audiência pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2023. De acordo com o que determina o Art. 9º, §4º da Lei Complementar nº 101 e o Art. 62-A da Lei Orgânica do Município. Esta audiência terá duas horas de duração, com início às 9h18min e com término às 11h18min. Agradecemos a participação de todas as autoridades presentes, representantes de entidades, servidores, cidadãos, Vereadores e Vereadoras. A Comissão é formada por nove membros, eu sou o Presidente e a Vereadora Indiara Barbosa é a Vice-Presidente. Os outros membros são os Vereadores Bruno Pessuti, Giorgia Prates, Hernani, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Professora Josete e Osias Moraes. Quero agradecer a presença dos servidores da Câmara, da Sra. Margarete Nakano, que é a controladora; do Daniel Dallagnol, da Controladoria; da Aline Bogo, diretora contábil; do Sr. Glauco Requião, diretor-geral da Câmara e do Hussein Mesmar Júnior. Também quero registrar a presença do Secretário de Finanças, Cristiano Hotz; da superintendente executiva, Daniele

Regina dos Santos; do Carlos Eduardo Kukulj do Departamento de Orçamento; do Claudinei Nogueira, do Departamento de Contabilidade; do Jaderson Goulart, assessor técnico; da Cristina Rios, assessora de imprensa e do Márcio Heimoski, gerente de Orçamentos. Sejam todos bem-vindos. Faremos a concessão da palavra da seguinte forma: primeiro aos Vereadores que compõem a Comissão de Economia, depois aos demais Vereadores, aos participantes que se manifestarem pelas fichas de perguntas junto ao Cerimonial no Plenário e também aos participantes que queiram se manifestar pelo e-mail da Comissão. O e-mail é o comissao.economia@cmc.pr.gov.br. Passaremos de imediato à apresentação da Sra. Aline Bogo, Diretora Contábil e Financeira da Câmara Municipal, para que apresente o relatório e, na sequência, abriremos para a participação dos Vereadores.

A SRA. ALINE BOGO:- Bom dia, Vereador Serginho do Posto - Presidente da Comissão de Economia, demais membros da Comissão. Bom dia a todos os Vereadores desta Casa, aos servidores, aos servidores da Prefeitura de Curitiba, sejam bem-vindos e bom dia a todos que acompanham esta audiência seja presencialmente ou pela internet. Como já foi falado essa audiência tem o objetivo de apresentar e demonstrar as metas até o segundo quadrimestre desse exercício, cumprindo assim o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal e a nossa Lei Orgânica no seu Art. 102. Eu trago aqui um panorama do nosso orçamento, onde temos o que foi fixado numa lei do ano passado o orçamento da Câmara Municipal de Curitiba em cento e setenta milhões, sendo que o valor máximo que poderia ter o nosso orçamento seria de duzentos e oitenta e sete milhões duzentos e dezenove mil. Esse limite é calculado com base no valor arrecadado pelo município no exercício anterior, ou seja, no exercício de 2022, onde o Legislativo tem direito a até 4.5% das transferências constitucionais e também da receita de impostos. A apuração desse valor chegaria em duzentos e oitenta e sete milhões duzentos e dezenove mil reais. Tendo o valor orçado em cento e setenta milhões, foi repassado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal de Curitiba, por meio de oito parcelas mensais, o valor do duodécimo, totalizando então até o quadrimestre, até o mês de agosto, o valor de cento e treze milhões trezentos e trinta e três mil. Em relação à despesa executada até o quadrimestre, temos de valor empenhado de janeiro a agosto, cento e quatro milhões setecentos e setenta e quatro mil, que representa 61.63% do valor orçado e ainda temos o valor liquidado até o mês de agosto de noventa e seis milhões trezentos e setenta e cinco mil, que representa 56.69% do valor orçado. O valor liquidado: são serviços, os bens e serviços que já foram entregues. Em relação ao que transferimos do Legislativo para o Executivo nesses dois quadrimestres, temos os rendimentos, com os valores do duodécimo que ficam aplicados em contas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que renderam até o momento um milhão quatrocentos e seis mil setecentos e cinquenta e quatro. Os valores desses rendimentos são repassados ao município todo mês para que componham a receita patrimonial do exercício de 2023. Ainda tivemos o valor de cancelamento de restos durante esses oito meses que totalizou novecentos e sessenta e dois mil quinhentos e vinte e cinco. Esse valor também, conforme os restos foram cancelados, todo mês transferimos o valor ao Município de Curitiba, ao Poder Executivo. O total repassado nesses oito meses foi de dois milhões trezentos e sessenta e nove mil duzentos e setenta e nove. O orçamento do Legislativo é dividido em três grandes grupos que são despesa de pessoal, onde foi empenhado um percentual de 73.6%. De tudo que foi empenhado até agora 73.6% é no grupo de despesa de pessoal. Foram 25.8% no grupo de outras despesas correntes e 0.6% são as despesas de capital ou os investimentos. Em relação ao nosso primeiro grupo que são as despesas de pessoal, o nosso orçamento atualizado, com todas as suplementações que foram realizadas, totaliza cento e vinte e oito milhões trezentos e oitenta mil. Foi empenhado desse valor setenta e sete milhões setenta e um mil, que representa 60% do valor orçado. **(C)** Tivemos dois quadrimestres, até 66% é o esperado para estar dentro do valor orçado. Estamos ainda um pouquinho abaixo dos 66% do empenhado em relação ao orçado. Em relação aos vencimentos e vantagens fixas, um valor orçado de cento e quatro milhões e, empenhado, sessenta e dois milhões

oitocentos e quinze. Obrigações patronais - orçado vinte e dois milhões cento e vinte, empenhado treze milhões quatrocentos e sessenta e quatro. Um valor orçado de indenizações de dois milhões e oitenta e o valor empenhado setecentos e noventa e um mil duzentos e três, representando 38.04% do valor orçado. Temos ainda outras despesas com pessoal, que não foi executado nenhum valor nesses dois quadrimestres. Desmembrando aqui um pouco mais então a despesa de pessoal, que totaliza setenta e sete milhões e setenta e um mil, temos, com vencimentos e vantagens do pessoal efetivo, vinte e nove milhões duzentos e vinte e seis mil. Nesse valor estão incluídas as indenizações pagas na ativa, diferente das indenizações que constam na última linha abaixo, que são as indenizações pagas aos inativos, aos aposentados ou exonerados. Subsídios, temos um total de cinco milhões setecentos e noventa e oito mil empenhado até agora. Vencimentos comissionados, vinte e sete milhões setecentos e trinta e nove mil, e tem também um valor menor com os menores aprendizes, do convênio com a Guarda Mirim, de cinquenta e um mil cento e oitenta e cinco. E repetindo obrigações patronais, treze milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil cento e noventa e quatro. Na representação gráfica do valor empenhado com despesa de pessoal, esse nosso primeiro grande grupo, temos empenhados com os servidores efetivos 47.7%, com comissionados 43.3%, e com subsídios 9.1%. Em relação ao grupo outras despesas correntes, o total orçado para o exercício é de trinta e oito milhões quatrocentos e vinte, e empenhamos até o mês de agosto vinte e sete milhões zero oitenta e sete mil, o que representa 70.5%. Nós temos alguns elementos de despesa nesse grupo que vocês verificam que tem valor empenhado mais do que 66%, porque nós fazemos muitos empenhos globais. Muitas vezes empenhamos já no início do contrato o valor até o final do exercício, mas o valor orçado será mais que suficiente para compor as despesas até o final do terceiro quadrimestre. Então nós temos ali benefícios assistenciais, que englobam auxílio funeral, auxílio creche, auxílio saúde, um total orçado de dois milhões e quinhentos e, empenhado, um milhão seiscentos e setenta e três mil, 66.95% em relação ao orçado. Auxílio-alimentação, um valor orçado de três milhões quatrocentos e noventa e cinco, mas não temos empenho ainda no ano. Material de consumo, orçado um milhão e duzentos, empenhado oitocentos e doze mil quatrocentos e dez, 67.7%; locação de mão de obra quatro milhões e quatrocentos, e total empenhado quatro trezentos e quarenta e nove oitocentos e cinquenta e cinco. Neste elemento nós já empenhamos todos os contratos até o final do exercício, então nós não teremos mais empenho. Foi empenhado 98.86%. Serviços de tecnologia da comunicação e informação, orçado seis milhões seiscentos e cinquenta, empenhado cinco seiscentos e vinte e quatro setecentos e setenta. Outros serviços de terceiros, referente a pessoas jurídicas, empresas, sete milhões quinhentos e cinquenta orçado, seis milhões duzentos e noventa e seis empenhado. O aporte ao equacionamento da dívida ao Instituto de Previdência do Município de Curitiba, um valor orçado de doze milhões e empenhado oito milhões cento e quarenta e cinco e vinte e um, então foi empenhado 67.87%; e outras despesas correntes, orçado seiscentos e vinte e cinco mil, que são outras despesas menores, empenhado cento e oitenta e quatro mil seiscentos e setenta e seis. Em relação às despesas de capital, temos um valor orçado de três milhões e duzentos, empenhado seiscentos e quinze mil oitocentos e setenta e um, representando 19.25%, sendo que a maioria são equipamentos e materiais permanentes, então são equipamentos de informática, equipamentos de áudio e vídeo e também mobiliário, que totaliza um valor empenhado de quinhentos e quarenta e oito quatrocentos e dezessete e representa 36.56% em relação ao orçado nesse elemento de despesa, que é equipamento material permanente. Com obras e instalações temos empenhado sessenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e quatro, que é 3.97% do valor orçado. Em relação às despesas de viagem realizadas nesses dois quadrimestres, temos um total de cento e dois mil quinhentos e setenta e oito, gastos com diárias, passagens e hospedagens. Diárias temos um total de quinze mil oitocentos e trinta, passagens um total gasto de sessenta e cinco mil seiscentos e setenta e um, e valor gasto com hospedagens em hotéis vinte e um mil zero setenta e

sete. Um valor total gasto com viagens, tanto de Vereadores, assessores e servidores, de cento e dois mil quinhentos e setenta e oito e cinquenta e três nesses oito meses. A nossa posição em relação aos restos a pagar, ao final do exercício de 2022 inscrevemos em restos um total de cinco milhões quinhentos e vinte e sete mil quinhentos e doze, sendo que de exercícios anteriores a 2022 restavam oitocentos e setenta mil trezentos e noventa e dois. Então desse total inscrito, pagamos, até o mês de agosto, três milhões e oitenta e sete mil e foram cancelados novecentos e sessenta e dois mil quinhentos e vinte e cinco, valor esse que foi então transferido para o Município de Curitiba, volta para compor a receita do Município. E temos ainda a pagar um milhão quatrocentos e setenta e sete mil setecentos e quarenta, sendo que quinhentos e quarenta e sete mil são de exercícios anteriores a 2022 e novecentos e vinte e nove mil referentes ao exercício de 2022. A nossa Lei Orgânica pede que a gente traga detalhadamente os empenhos dos fornecedores da despesa do Legislativo, mas como não há condições de trazer toda a despesa eu trago sempre os principais contratos dos valores liquidados até o quadrimestre dos maiores contratos que a Câmara tem. Então o valor liquidado é o serviço que efetivamente já foi prestado, já foi entregue. Temos então dois contratos de locação de mão de obra. O primeiro com a empresa Obra Prima, que é limpeza, copa e outros serviços, que temos o valor liquidado, até agosto, de um milhão trezentos e trinta e três e setenta; um contrato de vigilância no valor de um milhão oitocentos e oito mil; um contrato de cartões de combustível com a empresa Prime, que foi gasto até o momento cento e quarenta e cinco mil novecentos e noventa; e outros serviços temos então contrato com estagiários com o CIEE, foi liquidado oitocentos e cinquenta mil novecentos e vinte; locações de veículos com a empresa WS, quinhentos e trinta e quatro setecentos e noventa e sete; um contrato de manutenção predial com a Empac, quinhentos e oitenta e um quatrocentos e vinte e nove, o valor liquidado até agosto; e um contrato com a PMT de saúde ocupacional, liquidado até o momento quinhentos e vinte e três mil duzentos e setenta. Ainda na área de tecnologia da informação e comunicação, temos dois contratos com a Serpro, que inclui a nuvem, o armazenamento da nuvem e os e-mails, totalizando quinhentos e setenta e cinco cento e um, valor liquidado até agosto. Contrato com a 3CORP de comunicação com tecnologia VoIP, trezentos e trinta e dois mil novecentos e cinquenta e dois e vinte; dois links de internet com a empresa Oi Algar, que foram encerrados e totalizaram duzentos e oitenta e três trezentos e sete. Temos agora dois novos contratos a partir de agosto com a empresa Vogel e com a empresa Liga. Um contrato com a empresa Click de locação de computadores, liquidado até o segundo quadrimestre, um milhão duzentos e oitenta e nove mil; locação de impressoras com a Simpress, duzentos e trinta e quatro setecentos e quarenta e cinco; e os *softwares* tanto da parte administrativa, com a empresa Elotec, quanto da parte do Legislativo, o *software* do plenário, de votação e frequência, com a empresa IT, totalizando então trezentos e oitenta e quatro novecentos e quatorze. Ainda em relação às nossas metas, aos nossos limitadores em relação à despesa de pessoal, em relação a Emenda 25 em que está escrito que a Câmara só pode gastar 70% da sua receita com folha de pagamento, considerando o valor empenhado com folha de pagamento nesses dois quadrimestres, nós temos um total de sessenta e três milhões seiscentos e seis. Esse valor exclui as obrigações patronais, seria só o valor pago com folha de pagamento. Nós tivemos no primeiro quadrimestre 11% e, no segundo quadrimestre, atingimos 22.15% na expectativa de até o final do ano chegar em 33%, 34%, no máximo, em relação a esse limitador que seria de 70%, e é em relação então a receita máxima a que a Câmara tem direito. Em relação a LRF, nós temos um limitador da despesa de pessoal, que seria de 60% da receita corrente líquida apurada no Município, em que 6% seria o gasto máximo para o Poder Legislativo. Essa receita é apurada pela Prefeitura Municipal de Curitiba, considera-se a receita móvel dos últimos doze meses, então seria de setembro de 2022 até agosto de 2023. O cálculo é baseado nos últimos doze meses e não só nos oito meses deste ano. Temos a despesa na Câmara, despesa bruta com pessoal, considerando ativos e inativos, um total de duzentos milhões oitocentos e cinquenta e oito mil novecentos

e trinta e seis; pessoal ativo, cento e vinte e três milhões quatrocentos e setenta e seis mil, esse valor é o da despesa liquidada nesses últimos doze meses, e o valor de gastos com inativos e pensionistas, valor esse repassado pelo IPMC à Câmara, a título de informação, setenta e sete milhões trezentos e oitenta e dois mil. De acordo com as regras da STN nós podemos não computar, para chegar nesse limitador, as indenizações, que são pagas aos inativos, os servidores que se aposentam ou são exonerados, e nós temos então nesses últimos doze meses um milhão seiscentos e vinte e dois novecentos e dezenove. Não estão computadas indenizações pagas a servidores ativos. E descontamos o valor que é vinculado, que é pago pelo IPMC relativo ao pessoal inativo, que são aposentados e pensionistas, num total de setenta e sete milhões trezentos e oitenta e dois chegamos na despesa líquida com pessoal cento e vinte e um milhões oitocentos e cinquenta e três mil oitocentos e trinta e quatro. Atingimos um percentual de 1.23% em relação à receita corrente líquida ajustada, que é de nove bilhões novecentos e trinta e dois milhões setecentos e oito mil. Essa é a receita do município, a receita corrente líquida. A título de comparação então eu trago aqui como ficaram os nossos índices nos últimos cinco anos no segundo quadrimestre. Tínhamos esse índice da LRF lá em 2019 em 1.38%. Foi baixando até que chegou em 2022 a 1.11%. Tivemos também um congelamento durante a pandemia de reposição, reajuste dos salários, então o índice baixou e depois no segundo quadrimestre voltou para o patamar que estava em 2021, ficando em 1.23%. Em relação ao índice da Emenda Complementar 25/2000, lá em 2019 nós estávamos com 25.42%, baixamos até 2022 a 21.89% e agora, no segundo quadrimestre, subimos um pouquinho para 22.15%. Neste *slide* eu trago uma comparação da nossa despesa liquidada nos últimos cinco anos, despesa que relativamente já foi entregue, os bens e serviços, são valores reais e não valores nominais. Temos ali pessoal. Em 2019 nós tínhamos uma despesa de setenta e oito milhões duzentos e noventa e seis nesses dois quadrimestres e agora, em 2023, nós estamos com uma despesa de pessoal de setenta e sete milhões zero setenta e um mil. Em relação a outras despesas correntes, nós tínhamos em 2019 (L) um gasto de doze milhões trezentos e setenta e cinco mil, e agora, em 2023, nós estamos com gasto de dezoito milhões oitocentos e noventa e sete mil quinhentos e sessenta e cinco reais, esse aumento é principalmente pelo incremento nos contratos de tecnologia, computadores e outros contratos que nós, ou iniciamos, ou melhoramos. Em relação aos investimentos, nós tínhamos, em 2019, investimentos de quinhentos e quarenta e um mil novecentos e trinta e sete até o segundo quadrimestre, em 2023, quatrocentos e seis mil oitocentos e oitenta e nove reais, de janeiro a agosto, totalizando, então, em 2019, noventa e um milhões duzentos e treze mil reais, despesa liquidada total, em 2020, oitenta e nove milhões quinhentos e oito mil; em 2021, oitenta e cinco milhões seiscentos e oitenta e nove mil; em 2022, noventa milhões quinhentos e vinte e oito mil; e agora, em 2023, o total de noventa e seis milhões trezentos e setenta e cinco mil, despesa liquidada nos quadrimestres. Para finalizar, eu trouxe um comparativo de outros Legislativos para que possamos ter um panorama de como nós estamos, são outras Capitais que estão incluídas naquele percentual de 4.5%, assim como a Câmara Municipal de Curitiba, então, nós vemos ali que estamos com orçamento menor do que a maioria das Capitais, só acima da cidade de Belém ali, que tem um orçamento que está nesse percentual de 4.5%, mas tem um orçamento de cento e vinte milhões. Assim eu finalizo a minha apresentação e me coloco à disposição para as dúvidas, agradecendo também toda minha equipe que está sempre muito afiada lá cuidando da despesa do Poder Legislativo. Obrigada. **O SR. PRESIDENTE:-** Convido a Sra. Aline a sentar-se à Mesa. Agradecer sua explanação, muito objetiva e responsável, juntamente com sua equipe, em apresentar a demonstração de metas fiscais do segundo quadrimestre da Câmara Municipal. Eu abro às perguntas, peço aos Vereadores que se inscrevam pelo sistema, e abro aos Vereadores da Comissão de Economia as perguntas para a Sra. Aline. Com a palavra a Vereadora Noemia Rocha. **A Sra. Noemia Rocha:-** Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimentar a Comissão de Finanças, cumprimentar a Aline pela explanação. Aline, assim, para eu entender, fiquei com

um pouquinho de dúvida ou precisando de esclarecimento. O orçamento da Câmara é de duzentos e sessenta milhões, esse é o teto máximo até 4.5%. O orçamento fixado foi de cento e setenta milhões, que porcentagem é essa, e aí repassado pelo Executivo cento e treze milhões? Só queria entender essa questão do orçamento, foi fixado em cento e setenta, mas foi reduzido para cento e treze? É isso? E a questão também do repasse de cento e treze milhões. Dentro do contexto, eu percebo que a Câmara ainda devolve aos cofres da Prefeitura, do décimo, o que sobrou mensalmente, o rendimento que estamos entregando. A minha pergunta: os servidores da Câmara não têm plano de carreira e nem vale-refeição, muito menos. Não é possível trabalhar essa questão de implantar na Câmara, e o que depende, para eu entender, os servidores dessa Casa terem também, não só o plano de carreira... Já tem? Teve um estudo, já. Parabéns. Vale-refeição também? Também, está tramitando. Fico feliz então de saber, porque como está sobrando, talvez um investimento nos servidores da Câmara seria proveitoso e eles iriam agradecer. Mas o Presidente disse que já tem um plano de carreira, me perdoa não estar ciente disso, e também o vale-refeição já está sendo repassado aos servidores da Casa. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra a Sra. Aline Bogo. **A SRA. ALINE BOGO:-** Obrigada, Vereadora Noemia, pelas perguntas. Então, primeiro em relação ao valor orçado, que foi fixado em cento e setenta milhões, de cabeça não vou saber o percentual exato, mas ele representa ali menos de 3%, de 2.6%, 2.7% do valor dos 4.5% que poderíamos chegar no máximo. O valor de cento e treze milhões trezentos e trinta e três é o valor que a Prefeitura repassou até agosto. Então, até dezembro vai fechar cento e setenta milhões. O valor do orçamento do ano passado que vocês fixaram, vocês Vereadores fixaram em cento e setenta, foi um valor justo, assim pensado realmente para não ficar segurando um valor que a Prefeitura precisasse, então, acredito que esse ano, se tiver devolução, vai chegar em 5%, talvez um pouquinho mais, um pouquinho menos. Em relação ao auxílio-alimentação, eu acredito que está tramitando, tem um projeto de iniciativa da comissão que está tramitando, está na Comissão de Economia, e também tem um contrato com a Universidade Federal para fazermos um estudo de um plano de carreira. Foi feito esse contrato e está sendo estudado, principalmente, pelo nosso diretor-geral, que está debruçado em cima disso. Não sei se respondi tudo? Acho que é isso. **O SR. PRESIDENTE:-** Com a palavra a Vereadora Professora Josete. **A Sra. Professora Josete:-** Bom dia a todos, ao Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Giorgia, Indiará, Márcio e João. Também cumprimentar aqui a toda equipe da Secretaria de Finanças e os demais Vereadores, servidores e demais presentes. Eu só queria fazer um breve comentário, porque, na verdade, eu tive oportunidade de ser 2ª Secretária da Mesa na gestão anterior aqui da Câmara. E nós procuramos sempre fazer um trabalho para que pudéssemos fazer uso adequado e com bastante responsabilidade daquele que é recurso do povo de Curitiba, a partir dos impostos, das taxas e todas as obrigações legais, que nós temos um orçamento e esse orçamento deve ser utilizado para benefício e garantia de direitos da população. Então, primamos por esse uso responsável e adequado. Está aqui o Vereador Alexandre que sempre participava conosco das reuniões da Mesa, o Presidente Tico Kuzma, a 1ª Secretária, que hoje é deputada estadual, Flávia Francischini. Então, primeiro gostaria de reforçar isso. E acredito que a atual Mesa tem também trabalhado nesse sentido. Queria agradecer e cumprimentar, não cumprimentei direto a Aline, mas agradecer pelo trabalho sempre tão sério e responsável. Eu acredito que, em relação aos servidores, vou tocar nesse assunto específico, agora temos uma dívida paga que é o projeto do vale-refeição, que grande parte dos trabalhadores ganha, inclusive, dentro do serviço público, e acho que esse é um direito que temos que garantir também. E a questão do plano de carreira, existe um plano de carreira, só que ele está desatualizado, ele tem distorções, porque, ao longo do tempo, foram feitas mudanças e isso causou diversas distorções, inclusive, entre carreiras e tudo mais. Então, o ano passado encaminhamos, e acredito que a Mesa também está dando continuidade, a Universidade Federal ia prestar assessoria nesse sentido para fazermos um plano que atendesse os direitos e fosse um plano plausível

para os servidores da Casa. Então, só queria saber se isso passa por você, se você tem alguma informação do plano, e também, na sequência do Presidente Fachinello, talvez não seja esse o momento agora, enfim, só para ressaltar isso e agradecer, mais uma vez, o seu trabalho, Aline. **O SR. PRESIDENTE:-** Com a palavra a Vereadora Giorgia Prates. **A Sra. Giorgia Prates - Mandata Preta:-** Bom dia a todos. Eu vou nessa mesma linha, na esteira da Josete. Acho que, na verdade, parabenizar pelo trabalho, sempre que vem aqui, sempre faço esse cumprimento, porque acho muito incrível esse trabalho. E também tenho visto toda a responsabilidade que vocês têm com relação a isso. Então, sempre parabenizando e apontando que para nós é sempre muito importante mesmo ter essa transparência sobre esses valores, como já bem apontou a Vereadora Josete. Eu queria só saber assim, brevemente, se tem alguma perspectiva de qual será o gasto para o próximo quadrimestre, baseado no fato de que já foram gastos noventa e seis milhões até aqui dos cento e setenta que estão disponíveis ali. Se existe alguma perspectiva de gasto para o próximo período em relação a esse valor orçado. **A SRA. ALINE BOGO:-** Vereadora Josete, obrigada, a Vereadora é uma parceira, sempre que ela tem dúvida ela me pede, e gostaria de dizer que a contabilidade, toda nossa equipe está lá sempre à disposição. Não só na audiência, podemos responder as perguntas, quando vocês precisarem podem mandar Zoom, e-mail, ligar, nós estamos lá para isso. Então, agradeço as palavras, agradeço assim pelo interesse da Comissão de Economia, Professora Josete, Serginho, Indiará, Giorgia, pelo interesse mesmo nas finanças do Legislativo. Então, em relação ao plano de carreira, o contrato ficou assinado na gestão passada e agora que ele está sendo estudado, mas ele é mais da parte administrativa, ele não é um contrato que está lá com a contabilidade e finanças, então, tem uma comissão estudando, e a diretoria geral e o DAF que estão tocando esse contrato. Vereadora Giorgia, em relação à sua pergunta, que são os gastos para o próximo quadrimestre, o terceiro quadrimestre tem um histórico de sempre ser um pouquinho maior, porque tem o 13º, então, isso é como a despesa de pessoal, ele é no Legislativo, é uma característica que os Legislativos têm, a despesa maior é a despesa com as pessoas, e nós temos no terceiro quadrimestre o 13º, então, fica um pouquinho maior. Acreditamos que nós vamos chegar ali nos 95% dos cento e setenta milhões. Talvez suba um pouquinho. **O SR. PRESIDENTE:-** Com a palavra a Vereadora Indiará Barbosa. **A Sra. Indiará Barbosa:-** Obrigada, Vereador Serginho. Também cumprimento todos os integrantes da comissão, toda equipe da Secretaria de Finanças, Secretário Cristiano, toda equipe da contabilidade da Câmara também e a Aline. Só parabenizar pelo trabalho realizado, os relatórios sempre bem transparentes e fáceis de avaliar. E agradecer pelo trabalho feito também, como você falou, sempre a disponibilidade para nos atender e tirar dúvidas. Então, só parabenizar todo trabalho e agradecer. Obrigada. **O SR. PRESIDENTE:-** Sem mais inscritos, eu quero agradecer, mais uma vez, a Sra. Aline Bogo, diretora contábil, pela apresentação bem objetiva e responsável como sempre, a toda equipe da diretoria contábil, também agradecer a presença da Sra. Margarete da Controladoria, Daniel Dallagnol da Controladoria, o Glauco Requião, diretor-geral, e o Hussein Mesmar. **(K)** Encerramos essa primeira parte. Aline, agradeço mais uma vez. Passamos a segunda parte, que é a apresentação do Dr. Cristiano Hotz, Secretário de Planejamento, Finanças e Orçamento do Município de Curitiba. Também registrar a presença do Sr. Mário Nakatani Júnior, superintendente fiscal e está participando também desse momento. Seja bem-vindo. Eu convido a Sra. Daniele Regina dos Santos, superintendente executiva e o Secretário Cristiano Hotz para fazerem parte da Mesa. Nessa segunda parte, na apresentação do exercício fiscal do segundo quadrimestre, prestação de contas do Município, faremos a mesma dinâmica, dando a oportunidade ao Secretário para que faça a apresentação. Na sequência abriremos as perguntas na ordem dos inscritos. De imediato, com a palavra o Sr. Cristiano Hotz, Secretário de Administração e Finanças do Município Curitiba. Bom dia. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores já todos nominados, servidoras e servidores. Como de costume vou fazer a apresentação direto aos números, para que daí tenhamos tempo para questionamentos no final. Já

é uma prática que nós adotamos e me parece que é produtiva. (*Inicia-se a apresentação com os comentários do Secretário*). Sempre é interessante lembrar que nós estamos comparando o quadrimestre com quadrimestre. O quadrimestre de 23 com o de 22, a inflação de 4.61%. Então, temos uma variação real com relação ao segundo quadrimestre de 22. Nas receitas nós temos uma variação de 3.83%, de sete bilhões quatrocentos e vinte e um milhões. As receitas de capital de cento e trinta e nove milhões seiscentos e noventa e nove mil, com decréscimo de 4.67%. As receitas intraorçamentárias de oitocentos e sessenta e seis milhões novecentos e sessenta e um mil, com um decréscimo de 0.60%. As receitas totais, nós temos uma variação positiva de 3.66%, sete bilhões quinhentos e sessenta e um milhões trezentos e quarenta e cinco mil. A realização das receitas, nós temos ali em comparação com orçamento em LOA, 73.3% o total. As receitas correntes 76.8%, de capital 26,3%, as intraorçamentárias 66.7%. Das receitas totais, exceto as intraorçamentárias nós temos já uma realização de 74.1%. Essa é a nossa pirâmide que demonstra a nossa base de arrecadação, que é o ISS. E que mais uma vez eu já fugindo um pouco do *script*, mais uma vez reforçar a necessidade de trabalharmos um ajuste de rumo, uma correção na reforma tributária aprovada na Câmara. Quero deixar muito claro, o Prefeito Rafael Greca e nós do Município de Curitiba não somos contra a reforma tributária! Nenhum município é contra a reforma tributária. Eu acho que ninguém no Brasil é contra a reforma tributária, o que nós precisamos é um ajuste desta reforma como posta na Câmara, e nós temos uma grande oportunidade no Senado de que isso aconteça. Então, rogo a V.Exas. que unam forças com o Município e com os demais legislativos para que possamos fazer correções de rumo na reforma tributária, porque da forma como posta os municípios perdem autonomia, perdem a capacidade de investimento e será, assim, desastroso para os municípios. Então, as nossas taxas, numa arrecadação de taxas superior de 5.76%. O ITBI cai 0.9%; o IRF, que agora passamos a fazer as retenções, e aqui nessas retenções temos lá na frente uma explicação daí com uma determinada queda do FPM, temos um índice superior de 15% positivo; o IPTU de 3.97% negativo, comparado com o quadrimestre anterior. Aqui faltam duas parcelas, que foram prorrogadas, começou mais tarde a arrecadação esse ano, então nós temos essa diferença, mas até o final do ano ela equilibra. O ISS, nós temos uma arrecadação positiva de 6.45%, de um bilhão trezentos e quarenta milhões. Então, o total das nossas receitas tributárias é três bilhões cento e quarenta e um milhão. Então, o valor nominal superior acrescido em 8.10% e o real de 3.34%. Aqui é uma demonstração do ICMS, vamos ver no gráfico posterior que ele vem caindo e é uma tendência. Já caiu, comparado ao ano de 22, 12.2%. O Fundeb também está caindo, que com retenções do Governo Federal e a mudança de cálculo vamos ter algum decréscimo ainda. O IPVA, de forma impressionante ele quase equivale ao ICMS, vamos ver lá na frente, tem uma curva superior. O SUS, temos 825.3, um acréscimo de 5.93%. É um bom número para nós, é interessante para o Município, que vamos ver quanto já gastamos com saúde mais ao fim. As receitas de transferência: receita de capital temos 17.6 milhões, um acréscimo de 1.69%. O FNDE de 59.3, sobe 5.49%. Outras correntes, 80.8, tem um decréscimo de 5.93%. E o FPM cai agora em agosto, comparado ao quadrimestre anterior ele caiu 2.32%. Mas esse número, a partir de agosto a nossa expectativa é uma queda de 22 a 25% do FPM. Mas para os municípios que não dependem do FPM, ou exclusivamente, como é o Município de Curitiba, isso conseguimos suportar, mas para os municípios com menor repasse, com menor arrecadação, isso é bastante impactante e vai cair para eles também. Então, mais uma vez aqui eu faço a ressalva da reforma tributária. Não pensem os municípios pequenos, não pensem os municípios médios e grandes que não vão perder arrecadação, todos perderão arrecadação. Os municípios pequenos, os médios e os grandes, todos perderão arrecadação com essa reforma tributária. E é importantíssimo mais uma vez dizer, não existe guerra fiscal, os municípios grandes não são contra os municípios pequenos e os municípios médios não são contra os municípios grandes. Os municípios pequenos e os médios não são contra os grandes. Nós precisamos ter uma união de todos os municípios para uma revisão e uma

adequação e melhoria da reforma tributária. Não existe guerra fiscal entre municípios e não existe guerra entre municípios grandes, médios e pequenos. Todos unem forças para uma melhoria da reforma tributária. E os pequenos municípios perdem muito com a queda do FPM, que será de 22 a 25% a partir de agosto. Aí demonstramos as principais receitas da União, transferências da União. Vemos que o SUS vem se mantendo, 2022 e 2023. O FPM se demonstra numa linha mais ou menos parecida, mas agora ele começa a ter uma queda. O FNDE também se mostra dentro de uma normalidade nos últimos cinco anos. Agora passamos para o ICMS. Vemos ali que são projeções para 23. Vemos que o ICMS e o IPVA quase fazem um X ali, de forma impressionante, que o Estado do Paraná é um grande produtor de produtos e comercialização, o Município de Curitiba também, mas o repasse do ICMS vem numa queda e o IPVA vem num crescendo ali, de 22 para 23. O repasse do SUS do Estado caiu um pouco em relação ao quadrimestre de 22, mas a nossa expectativa é que ele recupere até o final do ano. Agora já entramos nas despesas. Temos uma despesa total de oito bilhões duzentos e vinte milhões seiscentos e oitenta e nove mil. Despesas correntes, nós temos um acréscimo de 10.4%. As despesas de capital um aumento de 39.8%, um bilhão cento e dezoito milhões oitocentos e doze mil, e as despesas intraorçamentárias têm uma variação negativa de 1.04%. Então, o total das nossas despesas, comparado com o segundo quadrimestre de 22 é de sete bilhões trezentos e cinquenta e um milhões e oitenta mil. Essa é a demonstração das despesas em comparação à LOA. Nós temos um total de 71.5% já realizadas; a despesa corrente 64.3%; a de capital 100%; as intraorçamentárias 66.9%; e as despesas 72.1%. Nós temos uma despesa corrente, com juros e encargos da dívida, teve aumento de 18.1%, que começamos a fazer os pagamentos, não é isso Dani, começamos a fazer os pagamentos dos nossos empréstimos, de três bilhões quatrocentos e trinta milhões; aumenta a despesa corrente de 10.6%, e também pessoal e encargos sociais de três bilhões quinhentos e oitenta milhões, e tem um aumento, um delta positivo de 7.11%. As despesas de capital: amortização da dívida, temos menos 20.4%; inversões financeiras, cento e quarenta e nove milhões, aumento de 12.2%. Isso se deve basicamente ao FAAC, que é o Fundo de Alimentação, que está lá com a Secretaria do Gusi, que fizemos um repasse e a forma como eles contratam o alimento, fazem a compra e nós fazemos essa inversão financeira. Isso aí quem conhece bem é o nosso amigo Claudinei. Nossos investimentos, setecentos e setenta e nove milhões, sobe 87.8%. As metas e limites das secretarias: previsão do resultado primário, trezentos e cinquenta e quatro milhões cento e trinta e nove, o realizado trezentos e quarenta milhões e oitenta e dois; o resultado nominal cento e doze milhões cento e noventa e sete mil, e o realizado seiscentos e quarenta e três milhões. Receitas correntes: temos previsão de onze bilhões cento e cinquenta milhões quinhentos e vinte e quatro mil, com deduções de um bilhão cento e oitenta e seis milhões; receita corrente líquida, nove bilhões novecentos e sessenta e quatro milhões trezentos e noventa e um mil, (V) com delta positivo de 2.02%. Dívida consolidada de 1.34; dívida consolidada líquida menos 3.13 bi. Ficamos dentro do percentual da receita corrente líquida de menos 31.4. O alerta seria de 108. Estamos bem dentro do limite estabelecido. Aqui demonstramos, Sr. Presidente, que já temos o início dos nossos pagamentos e desembolsos para o BID, o NDB e a AFD, também com início e execução das obras desses empréstimos e desses investimentos principalmente, além de termos um grande número ali já na AFD, que é a construção lá das unidades de habitação no Caximba. As metas e limites da dívida interna, a Caixa Econômica de trezentos e oitenta e um; RPPS duzentos e oitenta e sete; o Pasep cento e setenta e seis. Importante dizermos também que a reforma tributária mexe no PIS e não mexe no Pasep, que é importante essa adequação, e estamos fazendo junto à FNP algum pedido. Estamos pedindo essas alterações junto à FNP para que possamos também fazer essas adequações do Pasep. A Licença prêmio fizemos um pagamento de 43,7. Banco do Brasil são trinta milhões; Agência de Fomento 17,3; o BNDES vinte e três; novação da dívida 8,2; ISS 7,6; a Cohab 1,6; precatórios zero porque já fizemos o pagamento dos precatórios deste ano. Garantias concedidas 239,8, isso é

basicamente Cohab, então, 2,41. E temos um alerta de dezenove com o limite de vinte e dois. Operações de crédito 51.3 milhões; antecipação de receita zero. O percentual da receita corrente líquida é 0.52%, o alerta é 14%, o limite é 16%. Parece-me que estamos bem no azul mesmo. Despesa líquida com pessoal 4,25 bilhões. Não fazemos o cômputo ainda dos planos de cargos e carreiras aprovadas na Câmara, eles passam a ter vigência agora para frente, então não foi realizada. Como é um comparativo de quadrimestre com quadrimestre, ele não se aplica, mas mesmo com esse número vamos ficar dentro do limite, mesmo com essa adequação. Total com serviço de propaganda vinte e sete milhões. Estamos dentro do limite prudencial 0.27%. Aqui os limites de Saúde com Educação, que ali demonstro que o exigido para saúde de 15%, o Município de Curitiba já gastou 21.78%. Receita realizada de quatro milhões quinhentos e setenta e sete mil e seiscentos; a despesa empenhada de novecentos e noventa e sete milhões duzentos e dez; a despesa líquida novecentos e sessenta e quatro milhões e dezenove. A Educação também se demonstra, como de costume, sempre fechando ao final do ano quando tem o exercício, porque temos um período de férias de início de ano. Então, ela vai se completando até o final do ano. Educação: o exigido é 25%, estamos com 20.41%; as receitas realizadas de quatro milhões seiscentos e onze; despesas empenhadas novecentos e quarenta e um; despesa líquida oitocentos e trinta e quatro. Era isso que eu queria demonstrar. Sr. Presidente. Agora estou aberto aos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a sua explanação, Secretário, e pergunto aos membros da comissão, Vereadora Indiara já está inscrita, Vereadora Professora Josete também e Vereador João da 5 Irmãos neste primeiro bloco. Concedemos a palavra a Vereadora Indiara Barbosa. **A Sra. Indiara Barbosa:-** Obrigada, Vereador Serginho. Cumprimento o Secretário Cristiano e toda a sua equipe pela apresentação. Tentar fazer de forma rápida. Tenho alguns pontos, o primeiro deles, já solicitamos em algumas quadrimestrais e conseguimos receber o relatório com um pouco mais de antecedência. Este mês agora recebemos ontem às 5h da tarde, e realmente ficou difícil de avaliarmos e até fazermos os questionamentos, enfim. O próprio relatório anexado lá no site do Siconfi, também foi anexado ontem às 5h e pouco da tarde. Então, primeiro, pedir se podemos receber com um pouco mais de antecedência, senão isso prejudica bastante mesmo a nossa análise e o nosso trabalho, inclusive os questionamentos. Outro ponto que o senhor já mencionou um pouco, mas acho que seria interessante detalhar um pouco melhor, em relação à reforma tributária. Já tivemos a oportunidade de conversar anteriormente da questão da distribuição dos recursos, da preocupação de vocês com a questão do conselho, desse conselho, como que ele vai distribuir os recursos para que os prefeitos e governadores não tenham que passar o pires lá no Governo Federal, para poderem trazer os recursos. Então, questionamos, inclusive, em relação a esse ponto. Acho que é um ponto importante para que os nossos senadores e deputados trabalhem, porque isso vai ainda ser discutido na Câmara e está sendo discutido no Senado. Já escutei até de pessoas que falam assim: "Não, Indiara, o objetivo do governo é que seja um conselho técnico, que a distribuição seja feita conforme critérios, e alíquotas já predefinidas que sejam distribuídas de forma automática, como já acontece com o Simples". Mas é um ponto que os nossos deputados e senadores têm que reforçar para que seja distribuído de forma correta, para que não tenha nenhum prejuízo para os estados e municípios. Mas queria perguntar, além desses pontos que o senhor também mencionou, quais pontos mais, de forma objetiva, os prefeitos e vocês têm como preocupação, e que possamos estar também juntos às entidades da sociedade civil trabalhando? De forma bem rápida, só mais dois pontos, Serginho. Um deles é também em relação a multas de trânsito, que numa análise superficial ali, percebemos que houve um aumento na arrecadação com multas de trânsito. Aqui, pelo que vimos, foram 5.70% acima da inflação. Se tem algum motivo para esse aumento ter ocorrido das multas de trânsito. E por último, tem um outro ponto que estamos discutindo aqui na Câmara, também na cidade como um todo, que é a questão da população em situação de rua. E uma das políticas para enfrentar esse problema da população em situação de rua é a questão do tratamento para as pessoas

envolvidas com álcool e drogas. Temos diversas entidades na cidade que fazem esse trabalho, entidades muitas vezes ligadas à Igreja Católica, às Igrejas Evangélicas, enfim, mas elas têm uma dificuldade muito grande de recursos, e percebemos. Ontem, inclusive, tive a oportunidade de questionar a Secretária da Saúde, a Bia, se existe algum recurso da Saúde para essas entidades, e ela informou que não, que apesar de ter vários trabalhos na linha da prevenção, do tratamento não tem. Então, temos uma demanda grande. Vemos o trabalho sério, de qualidade, realizado por essas entidades. E a pergunta que fica é: será que não conseguimos, com um orçamento tão significativo do Município, com um superávit que o município tem, destinar um pouco de recurso na LOA, quem sabe ainda este ano, para esse ponto da prevenção e, principalmente, do tratamento das pessoas envolvidas em situação de álcool e drogas? Então, é um ponto que estamos discutindo, é um outro ponto, mas como o senhor que está com o cofre na mão, então, também pedimos e questionamos se há possibilidade de destinação de recursos para essa área. Obrigada, Sr. Secretário. **O SR. PRESIDENTE:-** Ok. Concedemos a palavra a Vereadora Professora Josete, na sequência ao Vereador João da 5 Irmãos. Depois o secretário fará a devolutiva a esse primeiro bloco. **A Sra. Professora Josete:-** Bom dia novamente a todos e todas. Então indo rapidamente aos questionamentos. Considerando que para a renúncia de ISS está prevista uma renúncia de aproximadamente setenta milhões a mais que 2022, gostaria de saber quantas empresas são beneficiadas com a renúncia do Programa Curitiba Techno Park e do Programa Municipal de Competitividade, e também qual o percentual de receita de ISS e ICMS gerada por esse setor. Também sobre as receitas, gostaria de um detalhamento melhor sobre a queda da receita de serviços, que foi aproximadamente de 25%. Lembrando que estou comparando o mesmo período em relação a 2022. E na linha contrária, sobre o aumento na conta "outras receitas correntes", que obviamente há uma diferença entre isso. Esse aumento de aproximadamente trinta milhões é devido a quê? Sobre o Funrec também houve outro entendimento, em 2022 a receita foi cerca de noventa e quatro milhões, e agora em 2023 corresponde a vinte e dois milhões. Ainda em relação às despesas, até o momento o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente está 50% menor que o mesmo período do ano passado. Qual é o motivo para essa redução? E também, como está a equalização do transporte coletivo e da Cohab? Sabemos que a Cohab opera no vermelho, e em diversos momentos tivemos que aprovar aqui um aporte para garantir o funcionamento da Cohab. Acho que seriam essas as principais questões. Na sequência, se houver tempo, eu complemento. Obrigada. **A SRA. PRESIDENTE AD HOC:-** Próximo inscrito Vereador João da 5 Irmãos, a quem concedemos a palavra para fechar esse bloco. **O Sr. João da 5 Irmãos:-** Obrigada, Vereadora Indiara. Parabéns, Secretário, pela explanação, a apresentação cada vez mais didática e com bom entendimento. Baseado nisso, quero perguntar, secretário, só para deixar claro para quem nos acompanha e aos demais Vereadores, ali na receita tem um aumento de 3.66% já no início da apresentação, 7.6 bi e a inflação 4.61%. Esse valor está descontado? Quer dizer que então teve um crescimento real mesmo? Está descontada a inflação? Positivo? Só para as pessoas que acompanham, para terem um bom entendimento. Então, beleza. Também é visto que ali houve um aumento de ISS sobre serviço, Imposto Sobre Serviço, que é um dos principais impostos para nossa cidade. Isso retrata uma retomada da economia obviamente, mas como que o senhor vê como secretário hoje as políticas públicas de fomento, principalmente aos empreendedores e aos pequenos empreendedores da nossa cidade? Como que o senhor vê hoje? Se, de repente, não é possível alocar mais recursos, falando de recursos para dar mais resultado lá na ponta, como que o senhor vê hoje a política? Se o senhor pudesse citar uma principal política pública de incentivo, principalmente ao pequeno empreendedor, ao pequeno empresário, que às vezes está começando e precisa desse aporte, desse apoio do Município. E para finalizar, rapidamente, sendo objetivo, sobre o plano dos servidores que foi aprovado recentemente na Câmara, queria saber com o senhor qual o impacto real e do valor que vai ser alocado a mais no orçamento, para pagamento dos servidores,

mensal pode ser, ou até anual, do ano de 24 por exemplo. Seria isso, Secretário. Obrigado e parabéns pelo trabalho. **O SR. PRESIDENTE:-** Feito, Vereador. Com a devolutiva, concedemos a palavra ao Dr. Cristiano Hotz. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** Vereadora Indiara, antecedência do relatório. Realmente nos perdoe, temos o costume de fazer sempre no último dia e precisamos adiantar para dia 26 o prazo, e não conseguimos fazer o fechamento desses números com bastante antecedência. Fechamos ontem realmente, a hora em que encaminhamos o relatório. O que buscamos é uma fidedignidade com os números e a apresentação, e não é fácil fazer, produzir o relatório. Então, nesse ponto lhe peço perdão e desculpas não só a V.Exa., mas a toda Câmara. Vamos ao Conselho da Reforma Tributária. O conselho é uma verdadeira aberração, porque dará a pessoas não eleitas pelo povo a condução da economia do país. Ainda que se façam com técnicos e pessoas de competência, elas não foram eleitas para conduzir a distribuição de verbas e a aplicação de recursos no país. Então, me parece que é uma verdadeira aberração a criação do conselho. **(I)** [Para] o conselho está prevista uma paridade e já há emendas. A FNP apresentou cinco emendas, uma delas é para a adequação do conselho. O relator, Senador Eduardo Braga, da reforma tributária, já vem fazendo vários apontamentos e uma situação que precisa ser alterada é a composição e a forma de decisão do conselho. Eu não gosto de comentar algo que ainda está em discussão, porque pode mudar absolutamente tudo, mas a forma como o conselho foi aprovado na Câmara me parece que ele não persistirá. O Senador Eduardo Braga tem dito que será um dos pontos alterados na reforma, pelo Senado. Outros pontos, a FNP já apresentou cinco emendas, uma delas faz referência aos precatórios, à adequação do desconto e forma de pagamento do precatório; a própria adequação do conselho; a retenção do IBS diretamente pelos municípios. Quando o IBS é gerado, é um imposto que faz a junção do IBS estadual e IBS secundário, que faz a junção do ICMS e do ISS, a retenção seria feita diretamente pelo Município, e não passaria mais ao Estado. O Estado faz um repasse, e também o aumento de repasse de 5% dessa retenção. Esse é o objetivo da FNP. Eu posso encaminhar a V.Exas. as emendas da FNP. Agora, dia 28 de setembro, às 10h, haverá uma discussão da equipe técnica da equipe do Senador Eduardo Braga, e os prefeitos da FNP. E no dia 03 de outubro haverá uma audiência pública na CCJ para tratar dos impactos econômico-financeiro da reforma tributária aos municípios. Hoje pela manhã já foi divulgado um novo calendário da reforma, que seria votado no final de outubro. O Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, e também o Senador Eduardo Braga, já informaram que não será mais no final de outubro, talvez, no final de novembro. Isso demonstra a preocupação dos senadores com o *status quo*, que é bastante prejudicial aos municípios. Por isso, mais uma vez, eu rogo a V.Exas., essa união de forças para a adequação da reforma tributária, não contra a reforma tributária. Multas de trânsito. O que eu posso dizer? Houve um aumento da arrecadação das multas de trânsito porque os equipamentos foram substituídos. Vereadora, vamos entender da seguinte forma. Não houve aumento do número de equipamentos, houve a melhoria desses equipamentos. Por exemplo, os equipamentos que nós tínhamos anteriormente eram por laço de indução, que é aquele que você corta o asfalto, coloca algum fio, que chama laço, e esse laço de indução é levado ao aparelho que faz a medição. Basicamente, não pegava motociclistas. Nós temos motociclistas flagrados a 90km/h, a 110km/h dentro da cidade... Porque não tem mais o laço de indução, então, todas as vias são monitoradas. Estou falando aqui de fatos, não estou falando de situações fictícias. Veículos que passavam o sinal vermelho estão sendo flagrados; os que param em cima da faixa de segurança também estão sendo flagrados. Não há um aumento do número de radares, há uma melhoria na fiscalização. Como hoje acontece com o nosso imposto de renda. Nos próximos anos, não vamos mais fazer o imposto de renda, porque a receita federal sabe o que nós gastamos no cartão de crédito, sabe o que nós gastamos no cartão de débito, o quanto nós recebemos, o quanto nós gastamos em dentista, o quanto nós gastamos com tudo. O imposto de renda só virá para darmos um ok, mais ou menos assim, já tem a pré-preenchida. Então, essa melhoria na qualidade da fiscalização conduz a

um aumento de arrecadação. Por exemplo, eu não tenho multa de trânsito de velocidade, tenho multa de estacionamento. Essa situação que eu gostaria de deixar bastante clara, não houve o aumento dos radares, mas uma melhoria na fiscalização. A população de rua. Ontem houve uma discussão lá na Prefeitura sobre a situação da população de rua. O Prefeito Rafael Greca tem o objetivo de fazer uma melhoria no atendimento, justamente nessa questão de saúde. Ontem ele determinou um estudo para que façamos a aquisição dessas vagas nessas unidades que já têm o atendimento para isso. Eu quero deixar bastante claro, eu não sou contra absolutamente nada, estou relatando fatos, mas muitos da população de rua não querem sair das ruas, e nós não temos como conduzi-los à força a essas unidades. O trabalho da FAS é fantástico. O trabalho dos nossos agentes de saúde e as pessoas que atendem esses moradores, não só drogaditos, alcoólatras, mas como simplesmente os moradores de rua que preferem ficar na rua. É um trabalho extremamente extenuante, é cansativo e é incessante. Realmente, nós temos que tirar o chapéu para essas pessoas que trabalham com essa situação, porque eles veem, eles enxergam a dor da pessoa no âmago, dentro da vida do ser humano, e é bastante desgastante você sentir a dor do ser humano. Mas o objetivo do Prefeito Rafael Greca é que passemos a fazer como fazemos com as escolas e com as creches, a educação faz a aquisição dessas vagas. O objetivo é que passemos a fazer a aquisição dessas vagas, e também algumas entidades já não têm mais essa possibilidade de atendimento. É uma preocupação constante dentro do Município, e rogamos e esperamos que tenhamos uma melhoria nesse atendimento nos próximos dias. Vereadora Josete, a renúncia do Tecno Parque. Eu diria que nós já fizemos uma renúncia/investimento. Desde a criação do Tecno Parque foram cento e oitenta e seis milhões [de investimentos]. São vários investimentos que fizemos. E temos empresas, como a Ademicon, a Liga, Unicórnios, que tiveram incrementos e início lá dentro do incentivo com a agência, que hoje é comandada pelo Dario Paixão. Então, são empresas de relevância e nos trazem bastante aumento do fomento de empregos. No total são cento e vinte e duas empresas que são atendidas por esse projeto, dentro do Tecno Parque. Eu diria que é uma renúncia/investimento, que ele reverte também em empregos. Essas empresas, por exemplo, estão sediadas em Curitiba, dentro de um critério bastante forte de manutenção dos empregos aqui no Município de Curitiba. Se não estivessem dentro do Tecno Parque, poderiam estar em outro município, até mesmo, em outro país, porque o serviço prestado pode ser feito à distância. Existem pessoas radicadas no Município de Curitiba com esse investimento. É bastante importante, e é um desenvolvimento tecnológico e cerebral para o Município de Curitiba, isso é bastante importante para nós. As receitas dos serviços, Funrec e outras receitas, a Dani vai fazer essa resposta, porque ela é superintendente desse departamento, ela tem melhor os números de cabeça. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Bom dia, Vereadora. A receita de serviços, nós tivemos uma queda nos valores de transporte. No ano passado nós ainda tínhamos alguns valores de transporte que estavam entrando como receita. Como isso passou a rodar como extra-orçamentário, então, você tem uma queda. E também nós tivemos a diminuição da receita proveniente da receita da questão da venda da folha, que entrou no ano passado, e nesse ano já entrou valores menores. O comportamento da despesa reage conforme a execução dos serviços que estão em andamento. Como nós tivemos um aumento de serviços, principalmente na área de manutenção da cidade, você tem um aumento nesse primeiro semestre do ano em relação a esses serviços, e isso acaba impactando na realização da despesa. Além, também, que temos a entrada de muito recurso do superávit, que também tem impacto. Como esse ano nós temos uma aceleração na utilização desses recursos, até por causa das obras que nós temos, e que, às vezes, elas dependem de alguns serviços que são contratados em função delas, então, nós temos um aumento dessa despesa. O Funrec é proporcional ao superávit do serviço. Então, no ano anterior tínhamos tido um superávit maior, e nesse ano tivemos um superávit um pouco menor, e na proporção do superávit ele foi colocado os valores no fundo, por isso você tem um repasse um pouquinho menor nesse ano. O Fundo da Criança e do

Adolescente, realmente, você tem um valor menor sendo utilizado no exercício de 2023, até o momento. O fundo, Vereadora, depende, essencialmente, das decisões do conselho e da aprovação dos projetos do conselho. Então, muitas vezes, o conselho aprova projetos, onde as entidades vão fazer a arrecadação desse recurso de forma mais de um ano e, às vezes, a realização desse projeto demora. Temos vinte e quatro meses, trinta e seis meses de estagnação no fundo para a realização de um projeto quando ele é maior. Por isso, temos valores que não estão chegando aos do ano passado. Acho que o ano passado foi liberado mais, e nesse ano ainda eles estão repondo esses valores. A Cohab e a Urbs estão operando com tranquilidade nesse momento, nós tivemos algumas dificuldades. Como nós temos o fundo da Cohab começando a trabalhar de uma forma mais intensa, estão sendo contratados projetos, e tudo, então, agora acreditamos que teremos um período mais sereno na administração das duas empresas que tinham essa dificuldade administrativa no início da gestão. Certo? **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** Vereador João da 5 Irmãos, as receitas, realmente, são um crescimento real. O ISS tem um aumento por conta da retomada da economia e produção da sociedade curitibana, isso demonstra uma atividade maior, e uma capacidade de investimento do cidadão no serviço, e o serviço é o setor da sociedade que mais cresce. A tendência é que o serviço ultrapasse o próprio ICMS. Por isso, que é uma das situações, e também porque tivemos uma adequação na forma de fiscalização. Isso também aumenta a arrecadação. Nós passamos a ter uma eficiência, junto com as notas fiscais eletrônicas, de fiscalização, conseqüentemente, na arrecadação. Nós temos o espaço empreendedor, como fomento para os pequenos empreendedores do Município, e o fundo de inovação. Nós temos em todas as regionais, dentro do espaço destinado **(A)** à Secretaria e à Agência Curitiba, um ponto de realização de empréstimos. Eu já tive essa oportunidade de ver, tinha um cidadão e eu estava fazendo uma visita numa das ruas da cidadania no núcleo da Finanças e eu sentei ali e fiquei olhando o serviço sendo executado, chegou um cidadão, era um pintor, e o pessoal que estava atendendo ali a agência ajudou para que ele fizesse um empréstimo. Ele precisava de mil e cem reais, mil e quinhentos reais de empréstimo para fazer a conclusão daquela obra. Aquilo me deixou feliz porque eu vi o programa criado em execução ali na ponta. Então temos essa possibilidade e eu acho que a população conhece bem, talvez, um reforço de comunicação neste sentido. Os servidores do Município, o nosso gasto com o novo plano que ainda não foi implantado, vai ter daqui para frente, é de dezesseis a dezessete milhões ao mês e um total aproximado de cento e setenta milhões de reais ao ano. **O SR. PRESIDENTE:-** Nós temos agora em tempo, Vereador. Só vou fazer dois registros aqui importantes. Quero registrar as presenças do Ricardo Rodrigues, ele que é Presidente do Sinfisco, Curitiba - Sindicato dos Auditores Fiscais do Município. Seja bem-vindo, está acompanhando a nossa audiência, e também do engenheiro Julio Russi, candidato à presidência do CREA Paraná que está acompanhado com mais alguns engenheiros, sejam todos bem-vindos. E demais cidadãos que estão acompanhando esta Sessão presencialmente. Passo a palavra, nessa rodada, ao Vereador Márcio Barros, da Comissão de Economia. **O Sr. Jornalista Márcio Barros:-** Obrigado, Presidente. Secretário, parabéns pela forma didática como vem fazendo as apresentações, a cada prestação de contas o senhor tem sido mais didático e nem todos os Vereadores têm a facilidade de lidar com números. Nós da Comissão de Economia às vezes temos dificuldades, imagina os outros Vereadores. Então quanto mais didático melhor. Parabéns para a equipe de comunicação que tem feito esse trabalho muito bem. Parabéns também pela forma como enxerga a questão da reforma tributária, é necessária mas é prejudicial, é aquele mal necessário. Eu tenho três perguntas aqui, uma delas, na verdade eu já fui até contemplado com a resposta, mas eu queria só complementar algumas coisas aqui com relação às pessoas em situação de rua, que é uma pauta multidisciplinar, porque ela tem a questão da segurança alimentar, tem a questão da FAS, tem a questão da Defesa Social e também tem a Cohab que, de certa forma, direta ou indiretamente, também pode contribuir de alguma forma para resolvermos esse problema. E quando tratamos a questão da drogadição, como o

senhor falou e falou muito bem, nós tratamos quatro antigamente pensávamos no tripé, a prevenção, a repressão e a recuperação. Hoje nós tratamos a prevenção, a repressão, a recuperação e a reinserção na sociedade, porque às vezes o camarada até tenta se recuperar e fica alguns dias na abstinência, mas ele não consegue sair da rua e, conseqüentemente, ele volta para a drogadição. Então temos que pensar nessas possibilidades, por ser tão complexo esse tema. E se a Prefeitura conseguir pensar em políticas públicas que sejam multidisciplinares, nós vamos conseguir atingir, pelo menos chegar perto de atingir esse objetivo. E uma pergunta mais pontual é com relação ao impacto do plano de cargos e salários que nós votamos recentemente aqui, se eles já estão incluídos nesses números que foram apresentados. Eu imagino que não. E se eles não foram, claro, qual o impacto que isso pode mudar para a próxima prestação de contas, se podemos ter números muito alterados e de que forma que está sendo feito. Lógico, tudo foi feito dentro do planejamento, foi uma conversa extensa, com várias conversas, podemos dizer assim, mas só para o senhor esclarecer para nós também. Muito obrigado. **A SRA. PRESIDENTE AD HOC:-** O próximo Vereador inscrito, Vereador Tico Kuzma. **O Sr. Tico Kuzma:-** Obrigado, Sra. Presidente *ad hoc*, Indiara, que está presidindo esta comissão neste momento. Cumprimento o Vereador Serginho e demais Vereadores da comissão. Cumprimento o Secretário Cristiano e toda a sua equipe. E aqui quero parabenizar todo o trabalho da equipe de finanças do Município de Curitiba. Desde o início da gestão do Prefeito Rafael Greca e do nosso Vice-Prefeito Eduardo Pimentel, fizeram um trabalho sensacional. Curitiba saiu do caos financeiro. Com o plano de recuperação fiscal hoje Curitiba está com as contas em dia, Curitiba tem todos os certificados, Curitiba recebe premiações, nacional e internacionalmente. Conseguimos agora, Secretário, nas votações do plano de carreiras, aqui agradeço todo o empenho, a participação do Secretário também nessas discussões, conseguimos fechar todo aquele trabalho da recuperação fiscal de Curitiba quando pudemos votar os planos e permitir que os nossos servidores, da nossa Prefeitura de Curitiba, pudessem voltar a evoluir nas suas carreiras. E ontem também, com a participação da Secretaria de Finanças, com a participação do Secretário, conseguimos de forma inédita desde 2009 o auxílio-refeição que era pago aos servidores por categoria ou por alguns condicionantes, ele era só reajustado com aquele mesmo valor que era reajustado o salário dos nossos servidores. E ontem, de forma inédita, conseguimos aprovar aqui na Câmara, com a participação do Secretário, do nosso Prefeito Rafael Greca, aumentar em 120% esse vale-refeição, elevando para trinta reais. Isso demonstra essa capacidade técnica, essa confiança que nós temos na Secretaria de Finanças e também esse resultado da gestão do Prefeito Rafael Greca e do nosso Vice-Prefeito Eduardo Pimentel. Então hoje não tenho perguntas, já estou esclarecido, mas serve aqui mais uma vez para agradecer todo o trabalho, Secretário, seu e da sua equipe, que também sempre atende todos os Vereadores com muita cordialidade e sempre respondendo dentro da técnica aquilo que pode ser feito. Muito obrigado e parabéns pelo trabalho a todos. **O SR. PRESIDENTE:-** Obrigado, Vereador. Próximo inscrito, Vereador Alexandre Leprevost. **O Sr. Alexandre Leprevost:-** Bom dia, Presidente. Bom dia, demais Vereadores e Vereadoras e todos que nos acompanham. Bom dia, Secretário, agradeço a presença para nos esclarecer as questões orçamentárias do Município. Eu queria fazer uma pergunta que ontem também veio como uma demanda na reunião da Comissão de Saúde, eu como Presidente tenho recebido essa demanda, referente aos hospitais filantrópicos e ao SUS. Nós sabemos que a situação financeira é crítica, enfrentada por essas instituições, gostaríamos de saber se há uma previsão de prorrogação do subsídio anualmente concedido e previsto para encerrar em dezembro de 2023, se essas instituições vão poder contar com a continuidade desse subsídio que já acontece por parte da Prefeitura. Seria apenas isso. No mais, parabéns pela apresentação. Muito obrigado. **O SR. PRESIDENTE:-** Obrigado, Vereador. A Vereadora Noemia Rocha estava inscrita, mas não está presente. Vamos fechar o bloco com a Vereadora Amália Tortato. Com a palavra, Vereadora. **A Sra. Amália Tortato:-** Obrigada, Presidente. Cumprimento o Secretário Cristiano Hotz,

a minha vizinha Daniele, e cumprimentando os dois, cumprimento toda a equipe da Secretaria que se encontra presente hoje aqui. Secretário, eu gostaria de saber do senhor se houve alguma evolução com relação aos estudos referentes à concessão do Zoológico para a iniciativa privada. Gostaria de saber do senhor se existe algum estudo em relação a isso, algum avanço. Eu conversei com a Secretária do Meio Ambiente, ela me pareceu bastante animada com a possibilidade. Então gostaria de saber do senhor. O segundo ponto que eu gostaria de perguntar é com relação ao Teste do Pezinho. Eu tenho defendido aqui que façamos a ampliação do número de doenças detectadas no Teste do Pezinho, e ontem perguntei para a Secretária de Saúde quais seriam os desafios que enfrentaríamos com relação a isso, e um dos pontos levantados pela Secretária de Saúde é com relação à disponibilidade orçamentária. Para fazer a ampliação de mais de cinquenta doenças em todas as crianças que nascem aqui no Município de Curitiba nós precisaríamos de aproximadamente sete milhões e quinhentos mil de reais por ano. Não é um valor orçamentário tão grande diante do orçamento que nós temos no Município de Curitiba. Gostaria de saber do senhor se existe algum esforço neste sentido para que ampliemos o número de doenças detectadas no Teste do Pezinho, ao menos no que diz respeito à questões orçamentárias. Um terceiro ponto que eu gostaria de perguntar, o senhor comentou ali sobre os valores já empenhados com relação a educação, gostaria de saber se existe alguma possibilidade de ampliarmos o valor pago para as conveniadas com a Secretaria de Educação, que são as conveniadas que atendem essencialmente crianças de zero a três anos e que o Município hoje faz esse convênio. Então, gostaria de saber, já houve um aumento no último edital, mas eu gostaria de saber se há possibilidade de aumentar ainda mais esse recurso? Haja vista que aumentando esse valor certamente conseguiríamos atender ainda mais crianças. Peço ao Presidente Serginho que me dê mais quinze segundos só para fazer a última pergunta. *(Assentimento)*. Obrigada. Com relação à última pergunta, eu gostaria de saber se tem sido feita alguma reunião em relação a Secretaria de Finanças e a Secretaria de Educação relacionado a nova forma de distribuição do ICMS, que agora parte dele será distribuído com relação aos indicadores educacionais, assim chamado ICMS Educacional. Gostaria de saber se tem sido feita alguma reunião em conjunto para que Curitiba não fique para trás, perdendo recursos por conta de não ter melhoras nos indicadores de educação, que vai ser um critério usado para a distribuição de parte do ICMS. Então, esta seria a minha última pergunta. Obrigada. **O SR. PRESIDENTE:-** Fechamos então esse bloco, Secretário, para a sua devolutiva. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** Vereador Márcio Barros, a reforma tributária, é importante que tenhamos esta visão de que ela é necessária, porém, da forma que está posta ela é prejudicial aos municípios, não só aos municípios como ao setor de serviços. O impacto no setor de serviços será a alíquota do setor de serviços que o Governo Federal, quando eu falo Governo Federal eu não estou aqui tomando partido ou não, eu estou falando que é quem está conduzindo a reforma tributária. O Governo Federal não apresentou números para a discussão na Câmara. Então, no Senado esses números estão vindo, não chegaram todos ainda, o que se trabalha são com números extraoficiais, e a previsão é de que seja de 27 a 30% a alíquota do serviço, e os municípios são grandes tomadores de serviço. Isso vai aumentar em muito o custo do que nós municípios, não falo só do Município de Curitiba, do que nós municípios pagamos aos prestadores de serviços. Isso vai aumentar o custo dos serviços prestados e conseqüentemente vamos ter uma diminuição da prestação de serviço. Uma situação que se demonstra bastante visível, é com a prestação do serviço de saúde. Tivemos, provocado pela Deputada Márcia Huçulak e pelo Deputado Evandro, uma reunião na semana passada, com a comissão criada na Assembleia para discutir a reforma tributária. Nós, o Município de Curitiba, apresentamos uma proposta de emenda que seja levada pela Assembleia, se assim entenderem, a Brasília e ao Senado, de que uma das formas de distribuição seja com a visão dos serviços prestados em saúde, do número de profissionais de saúde dos municípios. Por que isso? Porque a grande complexidade dos serviços prestados pelo Município de Curitiba, mais uma vez, não sou contra e

vai continuar sendo assim, nós temos de 30 a 40% dos serviços de saúde prestados no Município de Curitiba à Região Metropolitana. Não estou dizendo que isso está errado, o serviço de saúde é universal, o Município de Curitiba vai continuar atendendo na medida do possível, que tenha dinheiro para isso. Então, isso vai continuar acontecendo, eu só estou dando um fato, não sou contra. Tem que pontuar, porque senão falam assim "ah, o Secretário de Finanças falou que é contra". Não sou contra, estou dando um fato, isso vai continuar acontecendo, o serviço de saúde é universal. Se chegar uma pessoa de Cascavel, eu sou cascavelense, por isso eu uso Cascavel como exemplo, se chegar uma pessoa de Cascavel aqui vai ser atendida, e se chegar um curitibano em Cascavel será atendido. Então é universal. **(P)** Só estou dizendo que isso para o Município de Curitiba, de 30 a 40% do atendimento em saúde é para a Região Metropolitana, é bastante e esse dinheiro sai da nossa arrecadação. É por isso que apontamos como uma forma de distribuição dessa verba que será gerida pelo famigerado conselho, tenha como uma visão de profissionais de saúde. Esse é um ponto. Pessoas de rua. O Prefeito Rafael Greca tem nos cobrado e ele tem uma visão bastante além do alcance sobre isso, porque tanto é assim que eles criaram a FAS, na primeira gestão deles e ela vem sendo melhorada, o serviço da Maria Alice e o serviço do pessoal que trabalha na FAS com o atendimento dos que estão em situação de rua é fantástico e extremamente desgastante. Temos buscado essa melhoria com investimentos e como eu disse à Vereadora Indiara, ontem o Prefeito Rafael Greca nos determinou que façamos um estudo já com um objetivo de fazer a aquisição dessas vagas, nos moldes do que é feito para a educação nas creches e escolas primárias. O plano, como eu disse, vamos ter um impacto de dezesseis a dezessete milhões por mês e cento e setenta por ano. Ele não aparece nesses números porque fazemos um comparativo de quadrimestre, que é o quadrimestre de agora, tivemos a aprovação recente e está em implantação. Acho que as perguntas de V.Exa. foram respondidas. Vereador Tico Kuzma, gostaria de agradecer as palavras elogiosas de V.Exa., rogo que o senhor tenha uma pronta recuperação e deixe a muleta rapidinho. Preciso fazer aqui uma homenagem não a mim, na Secretaria de Finanças, mas à equipe da Secretaria de Finanças, em especial a Dani que está aqui do meu lado, que trabalhou incessantemente numa forma de encontrar números e encontrar dinheiro para que pudéssemos fazer a aprovação do plano de cargos e carreiras, principalmente para aqueles funcionários que estavam lotados no nível médio. Esse era o nosso objetivo. Na Secretaria de Finanças foi um pedido que eu fiz para que atendêssemos o máximo possível ao nível médio, porque são pessoas que realmente carregam o piano no município e gostaria muito que eles tivessem aquela situação. Foi um pedido que eu fiz à Dani, que se esforçou muito, e a equipe que ela comanda lá na Secretaria. Então, parabéns e sou muito grato, Dani, por esse empenho. Vereador Alexandre, hospitais filantrópicos. No final do ano passado o Prefeito Rafael Greca fez um repasse de cento e dez milhões para auxílio aos hospitais filantrópicos e o nosso objetivo e o objetivo do Prefeito Rafael Greca neste ano é que eles não percam esse dinheiro. Como ele diz, se mais pudermos mais faremos. Estamos nos estudos de encontrarmos esses valores e se for necessário faremos, dentro da medida da nossa capacidade, esses investimentos. Não posso garantir, Vereador Alexandre, que será mantido e se mantido no mesmo montante, mas não temos descuidado dessa situação dos hospitais filantrópicos que atendem a população e realmente nos auxiliam muito no atendimento pontual à população de Curitiba e Região Metropolitana. Vereadora Amália Tortato, o Zoológico continua em estudos, porque a produção de uma PPP não é simples e não é fácil, estamos com esses estudos. O BNDS já foi consultado para que possamos fazer junto com eles um estudo mais aprofundado para a implantação dessa PPP. O objetivo é que tenhamos não só a PPP da iluminação mas outras PPPs que possam desonerar a população de Curitiba na manutenção desses parques e até mesmo, como agora também em estudo, não só o Zoológico como alguns outros parques que tenham possibilidade de realização de algumas situação que viabilizem o próprio parque, que o próprio parque se pague. Teste do Pezinho. Vou conversar com a Secretária Bia e indagar o porquê não termos o Teste do Pezinho nos cinquenta,

porque me parece que sete milhões há na Secretaria da Saúde. Vou conversar com ela. Aumento do ano passado, com a questão da vaga nas creches e das crianças. Não temos a previsão do aumento este ano, ano passado fizemos uma adequação bastante acentuada, inclusive fizemos não só para o atendimento das creches e para o infantil, como fizemos, por exemplo, para os atendimentos que são prestados e as vagas que nos são cedidas não, são compradas, que são pagas como, por exemplo, lá no Pequeno Cotelengo. Tivemos um aumento de quase 100% para esses valores e para este ano não temos a previsão, mas consultarei a Secretária Maria Sílvia, inclusive tenho uma reunião com ela às 17h e já farei esse questionamento e depois podemos transmitir a V.Exa., por escrito. Critérios da educação. Estamos *pari passu*, acompanhando essa situação e acreditamos também que a Secretária Maria Sílvia tem todo um cuidado com esse ponto para que o Município de Curitiba não regrida. É esse o nosso objetivo que sempre tenhamos uma melhoria na prestação desse serviço de educação. Também vou fazer esse questionamento a ela e respondo a V.Exa. por escrito o mais rápido possível. **A Sra. Indiará Barbosa:-** Sr. Presidente, solicito a prorrogação da audiência por mais quinze minutos. **O SR. PRESIDENTE:-** Em votação o requerimento verbal da Vereadora Indiará Barbosa, solicitando a prorrogação da audiência por mais quinze minutos. *(Pausa)*. APROVADO. Com a palavra a Vereadora Noemia Rocha para os seus questionamentos. **A Sra. Noemia Rocha:-** Obrigada, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o Secretário Cristiano, a Dani, que também acho extremamente competente e toda a equipe. Secretário, reforçando a questão da dependência química e falando que estamos dando visibilidade para a questão dos moradores em situação de rua. É urgente um projeto robusto em relação a essa questão de prevenção, de combate ao tráfico, de reinserção no mercado de trabalho e de tratamento. Eu estou na política hoje por causa dessa luta na recuperação de dependência química. O que nós vemos hoje e o senhor nos deu uma grande informação de que o Prefeito vai abrir vagas, isso é muito importante. O governo federal tem essas vagas, o governo estadual não tem uma vaga e Curitiba também não tem nenhuma vaga para a recuperação de dependência química. O que Curitiba tem? Cento e cinquenta, cento e setenta vagas para abrigos, mas não destinadas para casas de recuperação ou centros terapêuticos. Eu tenho uma luta aqui e queria falar com o senhor, porque o senhor é o dono do cofre, então isso é importante. Nós idealizamos uma casa de recuperação de dependência química de gestantes. Pasmem o senhor, temos meninas de treze anos e moradoras em situação de rua grávidas, o pai dessa criança também é dependente químico, ou seja, estamos vendo uma nova geração de dependência química no ventre e isso é sério. Então, gostaria que o senhor tivesse essa leitura e esse olhar, considerando também a boa vontade do Prefeito de fomentarmos essa situação. Implantamos, com o apoio do Secretário de Políticas Sobre Drogas do Governo Federal, na época, o Sr. Vitório Maximiliano, que era o Secretário, veio a Curitiba por causa desse projeto. Conseguimos implantar, mas nos últimos meses do governo Gustavo Fruet, porque a esposa dele como Presidente da FAS se interessou por esse projeto. Implantamos, mas na mudança de governo ela ficou estagnada. Talvez para retomar, coloquei na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na LOA, que o senhor tivesse esse olhar para implantarmos a primeira casa de recuperação para gestantes usuárias de drogas. Implantamos também um centro de beleza nesse projeto, a menina que está na rua vai, faz a sua capacitação profissional. Eu fui pessoalmente nos maiores salões de beleza e eles nos garantiram uma vaga para essa menina. Então, é um projeto que seria o primeiro em relação ao Brasil, que a Secretaria, a Senad também investiria recursos, então temos recursos do Governo Federal para essa situação. Se o senhor pudesse ter esse olhar em relação a essa questão. E também essa participação nas casas de recuperação, os moradores em situação de rua muitas vezes não querem sair da rua porque muitas vezes vão para casas de recuperação, para abrigos extremamente precários. Muitos estão na informalidade e às vezes têm dificuldade de alimentação, então o olhar do Poder Público para esses centros de recuperação seria muito relevante para recuperarmos essas pessoas. Entre sair da rua e ir para um

lugar precário, às vezes acaba se adaptando melhor à rua. O orçamento, também quero fazer um pedido de aumentar o orçamento da Fundação de Ação Social, para que tenha esse recurso. A defesa social, a diretoria de políticas públicas, que também tivesse um recurso mais robusto para a implantação dessa casa e dessas vagas nas casas de recuperação. Para concluir, a questão do Reurb. Vimos que houve uma diminuição no IPTU mas estamos avançando na regularização dos imóveis de ocupação. A Secretaria vê como aumento de IPTU, uma fomentação do IPTU em relação a essa questão? Estamos na regularização de muitos imóveis de ocupação, estão viabilizando. Viabilizando e regularizando teremos um aumento significativo do IPTU? Como é a sua leitura em relação a esses imóveis que se tornarão regulares e provavelmente caberá uma arrecadação de IPTU. Essa é a minha pergunta. Muito obrigada. **O SR. PRESIDENTE:-** O próximo inscrito é o Vereador Salles do Fazendinha. **O Sr. Salles do Fazendinha:-** Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia ao Secretário e a toda a sua equipe que tem feito um bom trabalho. Secretário, a pergunta que eu trago aqui é uma pergunta praticamente pedindo pela população, por que tem tanta dificuldade em fazer a volta do Refic? Está certo que é desleal para aqueles que pagam em dia, mas nem todos conseguem pagar as dívidas dos seus imóveis em dia e o Refic no caso seria o meio da Prefeitura poder receber aquela dívida que talvez estivesse perdida, por meio de um parcelamento, de um desconto. Tem pessoas que não têm condição de pagar em dia como outras pessoas têm condição. Como eu sempre digo aqui, é fazer a cobrança sem perder a ternura. Não seria possível? Na sua gestão já teve alguma vez o Refic? E não seria possível abrir um Refic de novo para que essas pessoas que estão com o seus imóveis em dia, às vezes quase sendo executados, regularizassem essas dívidas com um pouco mais de tranquilidade e assim a Prefeitura receber e eles poderem pagar, ou seja, será bom para as duas partes. É possível abrir um Refic de novo? **O SR. PRESIDENTE:-** Com a palavra o Vereador Professor Euler. **O Sr. Professor Euler:-** Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Secretário Cristiano e a Daniele, parabéns pelas explanações e informações. Secretário, com o aumento da arrecadação relativo a multas de trânsito, certamente aumentou também o quantitativo da Desvinculação das Receitas dos Estados e Municípios, a DREM. Como esse valor pode ser direcionado para diversas rubricas da Prefeitura, gostaria de fazer três perguntas. A primeira delas: quais as principais previsões de aplicação do quantitativo da DREM? Uma outra pergunta, a Guarda Municipal, por meio da Getran, já está fazendo, por exemplo, a fiscalização da Linha Verde e os guardas estão inclusive usando os próprios celulares para fazer fotos de ocorrências e tudo mais. Haveria a possibilidade de direcionar parte do recurso (C) da DREM para aquisição e entrega de novas viaturas para a Guarda Municipal, além de equipamentos como etilômetro, também câmeras fotográficas para fiscalização da Guarda Municipal? E uma terceira pergunta, para quando está previsto efetivamente sair do papel o Fundo Municipal de Segurança Pública e Defesa Social. E se me permitir, à parte dessas perguntas que eu fiz, eu quero fazer uma quarta, e essa não precisa ser respondida agora porque eu sei que talvez necessite de uma pesquisa, mas é que eu preciso anexar esse dado a um projeto de lei meu. De acordo com o índice de participação dos municípios, Curitiba recebe um determinado repasse do Governo Estadual em função do ICMS. Esse valor eu consegui pesquisar facilmente, inclusive vocês apresentam aqui. Eu precisava, no entanto, saber qual é o valor total que Curitiba recolhe de ICMS, não quanto volta, mas sim quanto Curitiba contribui, quanto gera de ICMS. Se puderem depois me passar essa informação, eu precisava dela. Muito obrigado. **O SR. PRESIDENTE:-** Com a devolutiva do Secretário, fechamos esse bloco. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** Vereadora Noemia, mais uma vez a questão da dependência química é um ponto que a FAS atende com bastante zelo, é uma preocupação do Prefeito Rafael Greca. Essa situação do drogadito em ventre já é uma questão bastante preocupante. O Município de Curitiba tem casas que fazem esse atendimento. Temos mil e quinhentas vagas para atendimento aos moradores de rua. Todos esses moradores de rua, quando desejam nas casas estar, têm banho quente, cama com roupa de cama

limpa, higienizada, exclusiva para ele, está posta na cama. Então os ambientes disponibilizados da FAS são ambientes agradáveis de se estar e são ambientes higiênicos. Infelizmente eles fazem a opção de não estar e os nossos estudos demonstram também que muitos dos moradores de rua, as pessoas que estão na rua não são de Curitiba. Também não estou aqui dizendo que não devemos atendê-los, eu só estou dizendo que muitos vêm durante a semana, ficam em Curitiba e no final de semana retornam para suas casas na Região Metropolitana. Esse é um ponto que nós já identificamos e fazemos o atendimento. Por mais que sejam abordados, eles fazem a opção de não sair da rua. Esse é um ponto bastante relevante para o conhecimento dessa situação. Aprofundar os estudos que nós temos, conhecer os estudos ajuda muito a entender o que nós estamos passando e o que vemos nas ruas hoje. Por exemplo, nós temos situações de pessoas que montam barracas ali embaixo do viaduto do Capanema e vendem drogas, e moram seis ou sete pessoas ali dentro. Não é o local, isso não é certo porque eles poderiam ser atendidos pela FAS. E a FAS não só presta o serviço imediato do acolhimento, ela dá todo o serviço psicológico, dá todo o serviço de reinserção, prestação de cursos, a realização e a prática de cursos para reinserção. Os armazéns da família, os restaurantes de um real e as mesas solidárias são pontos... *(Pausa para ouvir um Vereador que fala da bancada)*. Três reais? Isso. Grato, Vereador Oscalino. Esses restaurantes de três reais também são pontos de atendimento da FAS, são pontos que chamamos ponto de entrada da FAS. Eles são atendidos por equipes multidisciplinares, mas infelizmente fazem a opção de não estar naquele ambiente e estar na rua, e não temos como retirá-los à força, e nem é o nosso objetivo porque é uma questão de livre arbítrio. Eu acho que eu respondi... ah, das casas de recuperação para gestantes, eu vou levar isso a Maria Alice e damos uma resposta por escrito a V.Exa. O Vereador Salles... **A Sra. Noemia Rocha:-** Sobre o Reurb, Secretário. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** Desculpe, Vereadora. Fiz um risco ali e não estava achando quem tinha feito a pergunta do Reurb. O Reurb, a grande maioria será isenta, porque nós já temos uma política de isenção, que V.Exas. aprovaram recentemente, que tem aquele número de um determinado valor e uma determinada metragem esses imóveis ficam isentos. Mas também fazemos a cobrança do IPTU dos imóveis que não estão regularizados, a cobrança do IPTU também já é realizada. Independentemente de estar regularizado ou não, fazemos a cobrança do IPTU. Eu acho que atendo os questionamentos de V.Exa. Vereador Salles do Fazendinha, não teremos Refic, sendo bastante objetivo, como já fui nas minhas anteriores manifestações aqui nesta Câmara, nesta Casa. Não teremos Refic. Quero deixar isso bastante claro. E fazemos a cobrança dos impostos conforme a medida da capacidade contributiva. A capacidade contributiva do cidadão é a medida do imposto que ele paga. Nós temos muitas isenções, nós temos muitos parcelamentos disponíveis, mas o Refic não está em vista neste momento. Já foi feito o Refic nesta gestão, não é? Já entramos com o Refic acontecendo, então não temos essa expectativa. Professor Euler, começo pelo fim, o índice do FPM e do repasse do ICMS gerado no Município de Curitiba e arrecadado pelo Estado, vamos fazer essa consulta a Secretaria de Estado da Fazenda para informá-lo por escrito assim que tenhamos a resposta. As multas de trânsito, a Dani vai fazer a resposta da DREM, mas eu gostaria de fazer também, já adiantar que a questão da Linha Verde já foi conversando com o Secretário Péricles, em tese os guardas municipais têm equipamentos para fazer a fiscalização sem a necessidade de utilizar os próprios celulares. Em tese eles têm esse equipamento, deveriam fazer uso, mas eu vou conversar com ele para que a gente possa dar uma resposta a V.Exa. nesse ponto em específico. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Bom dia, Vereador. Realmente há um aumento nos valores da arrecadação das multas, conseqüentemente o valor da parcela da DREM, que pode ser retirada desse recurso. Nós fazemos a retirada, mas retornamos a DREM para a própria Secretaria de Trânsito. É onde é feito o pagamento de pessoal. Então a parte da DREM retirada da parcela das multas retorna na própria Secretaria de Trânsito. E fazemos assim com as demais também, as que retiramos, retornamos na própria secretaria. Apenas

fazemos o processo contábil. Quanto ao fundo de segurança pública da defesa social, ainda precisa de regramento, não foi fechado ainda. Parece-me que ainda está em análise dentro da própria Guarda para que daí possamos fazer as movimentações para o fundo. Ainda não tenho toda essa questão do regimento, essas questões ainda não foram fechadas. Por isso que não conseguimos nem colocar no orçamento, enquanto não tivermos toda a legalidade dele fechada, não conseguimos fazer esse trabalho. Os equipamentos, o Secretário já colocou, a disponibilização de recursos dentro da Guarda e a decisão do secretário da Guarda que possa determinar quais são as compras dos equipamentos que serão realizados por lá. **O Sr. Professor Euler:-** Desculpe fazer um aparte, mas existe alguma previsão para novas viaturas da Guarda Municipal, porque é um pedido recorrente da Guarda em relação a isso. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** As viaturas, como são de uso contínuo, vinte e quatro horas, se desgastam evidentemente de uma forma diferente de qualquer outro veículo. Haverá a substituição dessas viaturas, me parece, até o final de novembro. Senão de todas, a grande maioria. Já foram... Na verdade elas não são compradas, estão dentro do contrato de locação. Serão substituídas ao longo deste... até o final do ano, em tese, serão substituídas na totalidade, senão a grande maioria. Mas elas desgastam de forma diferente do que conhecemos. **O SR. PRESIDENTE:-** Nesse próximo bloco teremos a intervenção dos Vereadores Rodrigo Braga Reis e Oscalino do Povo. **O Sr. Rodrigo Braga Reis:-** Secretário Cristiano Hotz, Daniele, primeiro queria fazer um elogio, porque eu tenho visto os números de Curitiba, e nós, que respeitamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, fiquei muito feliz na análise de todos os números da Prefeitura de Curitiba, porque nós também não podemos fazer uma série de obras e aquisições sem respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então queria que transmitisse para toda a equipe da Secretaria de Finanças o nosso agradecimento. Fiquei muito feliz com os números e é isso que o Brasil precisa, seguir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta Câmara Municipal ficou meses aqui discutindo os planos de carreira de todos os servidores da Câmara Municipal. Foi uma briga intensa, os sindicatos participaram, entrevistamos numa série de pontos, inclusive da Guarda Municipal, dos analistas, enfim, de uma série de carreiras, do Magistério, eu só queria que você comentasse um pouquinho do impacto financeiro dessa aprovação que esta Câmara Municipal fez em benefício de todos os servidores, porque foi uma luta árdua. Uma boa parte dos Vereadores participou de forma incisiva na defesa dos servidores da Prefeitura Municipal de Curitiba tentando o melhor possível, é óbvio que queríamos muito mais, mas a própria Lei de Responsabilidade Fiscal nos bloqueia em alguns pontos. Só queria um breve resumo do impacto financeiro. Muito obrigado. **O SR. PRESIDENTE:-** Com a palavra o Vereador Oscalino do Povo, para seus questionamentos. **O Sr. Oscalino do Povo:-** Muito obrigado, Presidente Serginho, pela concessão da palavra. Quero cumprimentar o Secretário e todos os demais colaboradores. Também parabenizá-lo, Secretário, por sempre acolher as boas-vindas do nosso Prefeito Greca. Até porque há trinta e poucos anos ele já fez a Casa da Maria. Hoje percebemos que a população aumentou e aumentou muito também o acolhimento solidário das pessoas em situação de risco. O Secretário Cristiano tocou num assunto fundamental a respeito de moradores que são da Região Metropolitana. Sobre esses moradores, acredito que já estão havendo conversas com os prefeitos da Região Metropolitana para que juntos possam somar forças e ter recursos de idas e vindas, que eles possam acolher lá na região para eles não virem tanto a Curitiba, porque já não chega outros que vêm de muito longe e a Prefeitura vai atrás, procura saber, dá passagem. Então é um trabalho em conjunto com várias mãos prefeituráveis. E ainda, a Vereadora Noemia foi muito clara a respeito das comunidades terapêuticas. Temos casas em Curitiba, nosso presidente Serginho é conhecedor da Casa do Servo Sofredor que está com o atendimento de trinta e poucas senhoras, e distantes um quilômetro praticamente daí, é o masculino, já está quase com oitenta. E foi um modelo até para Santa Catarina. **(L)** Hoje tem em Ilhota, Santa Catarina, um atendimento que a qualidade levou a pegar o espaço, a Casa do Servo Sofredor pegou o espaço em Santa Catarina de portões fechados, caminhões, galinha, animal,

enfim, e está sendo realizado um excelente trabalho. Ainda também no Bairro Fanny, a casa onde eles já estão recuperados, já vão para os trabalhos. Em Contenda houve um acolhimento solidário pelos vizinhos que têm sítios, então, houve essa participação dos Carmelitas fazendo esse atendimento lá também. Acredito que está aumentando, mas o Greca fez algo muito significativo, que é ter essa alimentação digna, lavar as mãos, sentar, e aquilo que o senhor falou, até mesmo se hospedar. Parabéns à sua equipe e parabéns a Curitiba por ter esse olhar de bons cristãos e honestos cidadãos. **O SR. PRESIDENTE:-** Obrigado, Vereador Oscalino. Rapidamente, Sr. Secretário, a minha pergunta é só um questionamento com relação à capacidade contributiva de alguns setores, tendo em vista que no passado a Prefeitura concedeu intenções e vantagens para alguns setores. E se há algum estudo por parte da Secretaria de Finanças e Planejamento de uma reforma a esses setores que, talvez, poderiam dar uma contribuição maior de forma tributária e orçamentária? Se há algum estudo para o futuro, ou se nessa gestão ainda será implantado algo nesse sentido? Seria isso e nós encerramos o bloco de perguntas. Com a palavra o Vereador Ezequias Barros. **O Sr. Ezequias Barros:-** Obrigado, Sr. Presidente. Eu tentei me inscrever, mas já estava fechado. Parabenizar o trabalho da Secretaria, Vereadores já perguntaram, Secretário, a respeito das comunidades terapêuticas, o senhor falou do importante trabalho que vocês estão fazendo pensando em contratação de vagas das instituições, pelo menos foi o que eu entendi e que ouvi. Gostaria que o senhor falasse um pouquinho melhor sobre isso, a cidade tem uma rede, como disse agora o Vereador Oscalino, uma rede que pode dar uma condição importante até para ajudar, a FAS ajudar, os conselhos, principalmente o Conselho Tutelar que encontra muitas crianças em condição de drogadição. Que houvesse realmente esse recurso para essa compra de vagas para que essas comunidades pudessem atender. O CAPS tem ajudado bastante, é gasto um grande recurso com os CAPS, se fosse gasto talvez 10% do que é gasto com o CAPS nas comunidades terapêuticas já ajudaria muito as comunidades que, às vezes, vivem à míngua, vivem situações complicadas, inclusive, a própria saúde cobra, situações cobram para que as casas estejam adequadas e têm que estar, e custa caro isso, mas não tem o retorno do Município. Seria isso, parabéns pelo trabalho, pela apresentação nesta Casa. E lembrar aqui um pouquinho, eu não tenho como não falar, Secretário, do começo desse mandato. Presidente, o senhor era o Presidente desta Casa, o começo do mandato, as dificuldades que nós vivemos nessa cidade, o voto talvez mais difícil que nós fizemos foi pelo plano de recuperação da cidade, e hoje vir o Secretário aqui e a cidade andando, acontecendo obras por toda a cidade graças aos Vereadores que estavam aqui e tiveram coragem de mudar tudo isso. Muito obrigado. **O Sr. Jornalista Márcio Barros:-** Para um requerimento, Sr. Presidente. (*Assentimento*) Prorrogação da Sessão até 11h40min, dez minutos acho que é o suficiente para encerrarmos. **O SR. PRESIDENTE:-** Em votação a extensão do horário até 11h40min. (*Pausa*). APROVADO. Passo a palavra ao Secretário para suas devolutivas. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** Vereador Rodrigo Braga Reis, o impacto será de cento e setenta milhões ao ano, e o objetivo das discussões realizadas para o plano de cargos e carreiras, como já disse, com trabalho fortíssimo da Dani e da equipe da Dani em buscar os números e em buscar uma solução, será de aproximadamente cento e setenta milhões. Mas o que apresentamos a V.Exas. e foi aprovado ontem, o aumento do vale-refeição, isso também faz parte do pacote e do conjunto de melhorias que estamos apresentando aos servidores do Município. Mas, mais uma vez eu queria dizer que o meu empenho pessoal foi para o aumento daqueles... Eu sou bastante esquecido para algumas situações, então, não pensem que eu estou desatento, mas é que eu esqueci mesmo, é para as carreiras de nível médio. Esse foi um esforço que eu pedi à Dani para que fizéssemos o máximo possível para atendê-los, e atendê-los assim com bastante força e vigor, para que eles tivessem um aumento significativo no salário. Então, me parece que o impacto principal dentro do Município de Curitiba será essa carreira, que são mais de cinco mil servidores. Eu acho que atendo o questionamento de V.Exa. Vereador Oscalino, o Vice-Prefeito Eduardo Pimentel, como Secretário do SEDU, tem feito essa

interlocução a pedido do Prefeito Rafael Greca com a Região Metropolitana para que possamos fazer uma ação conjunta com os municípios, para que consigamos dar uma atuação mais efetiva a esses moradores de rua, ou essas pessoas que estão na rua por opção, que não são moradores da rua, alguns têm residência, muitos têm residência, mas eles permanecem na rua por opção, e assim, somente a consciência de cada um para dizer o porquê eles estão ali ou a situação vivida por eles. Então, não sei dizer a V.Exa. isso, mas nós temos um trabalho sendo realizado com a SEDU, através do Vice Eduardo Pimentel, para uma conversa com os prefeitos da Região Metropolitana. A capacidade contributiva, Vereador Serginho, de alguns setores da cidade, principalmente do que se preste, do que se diz de serviços, elas serão obrigatoriamente revistas agora com a reforma tributária. Então, a Secretaria de Finanças produz estudos permanentes nesse sentido, talvez auxílio a um, retirada de outros, mas estamos com estudo permanente nesse sentido. E também em um compasso de espera do que vai acontecer com a reforma tributária, porque não podemos dar um passo e amanhã ou depois ter que voltar atrás por conta da reforma tributária. Então, eu acho que atendo o questionamento de V.Exa. O Vereador Ezequias Barros. O Estado, temos feito estudos para a implantação dessa rubrica, e eu espero que agora já na LOA, o Prefeito Rafael Greca já nos determinou isso, essa abertura, e sexta-feira, junto com o Prefeito em exercício Eduardo Pimentel, vamos fazer entrega da LOA, muito provavelmente, já com essa rubrica de transferência para ação de comunidades terapêuticas. Isso por determinação do Prefeito Rafael Greca, que já havia nos solicitado estudos, e na segunda-feira agora, temos uma reunião de Governo toda segunda-feira, nos cobrou isso novamente, então, muito provavelmente na sexta-feira V.Exas. terão os documentos em mãos já com essa rubrica. **O Sr. Ezequias Barros:-** O que nos preocupa é para qual Secretaria seria destinado qual fundo. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** Não é fundo, é uma transferência para essas entidades, FAS e Saúde, muito provavelmente para a Saúde. Sr. Presidente, as considerações finais eu acho que é agradecer ao espaço destinado ao Município de Curitiba nesta Casa, a gentileza de tratamento com a minha equipe na Secretaria de Finanças, agradeço sempre todos os dias que eu acordo pela existência deles, porque eles são pessoas extremamente responsáveis, não somente responsáveis com eles, mas com o Município de Curitiba. É cuidam muito bem de mim, verdade, Vereador Bobato. Grato. **O SR. PRESIDENTE:-** Quero fazer o registro, então, das presenças e agradecer a explanação da prestação de contas do Município. O Secretário, Dr. Cristiano Hotz; a superintendente executiva, Daniele Regina dos Santos; o superintendente fiscal, Mario Nakatani Júnior; também do departamento de Orçamento, Carlos Eduardo Kukolj; departamento de Contabilidade, o Sr. Claudinei Nogueira; o Jaderson Goulart, assessor técnico; a Cristina Rios e o Marcio Heimoski, gerente de orçamento. Também, na oportunidade, agradecer as presenças de Eduardo Rodrigues e Karina Rodriguez que estão fazendo uma visita à Vereador Indira Barbosa, eles que são membros do Partido Novo. Quero registrar também as presenças de Ricardo Rodrigues, presidente do Sinfisco, que esteve conosco, e também do engenheiro Júlio Russi. Agradecendo as presenças das demais autoridades, representantes de entidades que estão presentes desde o início da nossa audiência. Quero agradecer a diretoria de apoio as comissões, na pessoa da Jussana Marques, também Cristina Fonseca, Roberjan Prestes, Ederson Costa, Diego Martins, Marilete Bernardino, o Deprole que nos cedeu esse espaço, a equipe do áudio e vídeo da Câmara e a diretoria e todos os membros da comunicação da Câmara. Desta forma, não havendo mais perguntas, ninguém mais desejando fazer uso da palavra, damos por encerrada a presente audiência, agradecendo a participação dos Vereadores e demais autoridades que acompanharam nessa audiência. Um bom dia e obrigado. Devolvo a Presidência ao Presidente Marcelo Fachinello.". Do que para constar, a presente Ata foi lavrada por Roberjan Prestes Filho, de acordo com as Notas Taquigráficas, notificada aos Vereadores e, após três dias úteis, será considerada aprovada pelos Vereadores que compõem a Comissão.

Sergio R. B. Balaguer (Serginho do
Posto)
Presidente

Indiara Barbosa
Vice-presidente

Giorgia Prates - Mandata Preta
Membro

Hernani
Membro

Jornalista Márcio Barros
Membro

João da 5 Irmãos
Membro

Professora Josete
Membro